

## **QUARTA (4ª) AUDIÊNCIA PÚBLICA – Requerimentos do Dep. Dr. Carlos Felipe**

**DATA:** 12/04/2017

**HORA:** 14h.

**LOCAL:** Auditórios Deps. Manoel de Castro e Castelo de Castro (nºs 1 e 3) do Complexo de Comissões Técnicas Dep. Aquiles Peres Mota.

**PAUTA:** Debater a Previdência Social no Estado do Ceará.

**DEPUTADOS PRESENTES:** Dr. Carlos Felipe.

**CONVIDADOS PRESENTES:** Francisco Rabelo, representando a Secretaria do Planejamento do Estado do Ceará/SEPLAG; Robson Fontoura, coordenador do SUPSEC; Ricardo Dias, representando Tribunal de Contas do Estado do Ceará; Tancredo Augusto, presidente da Associação de Cabos e Soldados Militares do Ceará/ACSMCE; Ricardo Alexandre da Silva Costa, presidente da Associação Cearense de Magistrados/ACM; Lucas Felipe Azevedo de Brito, presidente da Associação Cearense do Ministério Público, Pádua Araújo, diretor de Comunicação do MOVA-SE; Helder Costa da Rocha, presidente da Delegacia Sindical do Ceará/SINDIFISCO; José Quintino Neto, representando o SINDSAÚDE; Maria Sineide Almeida, representando a Associação dos Servidores da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará/ASSALCE.

**RESUMO:** A Comissão de Seguridade Social e Saúde da Assembleia Legislativa do Ceará realizou, nesta quarta-feira (12/04), debate com especialistas, representantes do Estado e de trabalhadores sobre a situação da Previdência Social do Ceará e uma possível reforma, além dos efeitos da Reforma da Previdência proposta pelo Governo Federal. A audiência pública foi solicitada pelo deputado Carlos Felipe (PCdoB).

O parlamentar esclareceu que é preciso entender como a reforma irá afetar a Previdência Estadual e o que o Ceará pode fazer para equilibrar as contas.

O secretário da Fazenda do Estado, Mauro Filho, apresentou detalhes técnicos sobre o déficit da Previdência Estadual e reforçou que o Governo precisa, todos os anos, realocar recursos de outras áreas para cobrir o déficit previdenciário do Ceará. No entanto, ele considerou que a proposta federal precisa ser avaliada, especialmente em relação ao aumento do tempo de contribuição para 49 anos e à desvinculação do Benefício de Prestação Continuada ao salário mínimo.

O representante da Coordenadoria de Gestão Previdenciária da Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado (Seplag), Robson Fontoura, explicou que a Previdência Estadual vem apresentando um histórico de déficit: em 2006 foi registrado um déficit de R\$ 400 milhões, em 2016 chegou a R\$ 1,43 bilhão e tem previsão de fechar 2017 com déficit de R\$ 1,8 bilhão.

Segundo Robson Fontoura, o Estado precisa cobrir esse déficit para honrar os pagamentos dos beneficiários do Estado. "Se o Ceará não honrar, não recebe o Certificado de Regularidade Previdenciária e deixa de receber as verbas federais, por isso tem que estar tudo em dia", esclareceu.

O presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Luciano Simplício, considerou que falta transparência do Governo Federal no debate sobre a Previdência. Ele lembrou que a privatização de empresas públicas, como o BEC, Coelce e TeleCeará, foi feita sob o argumento de que

os recursos seriam usados para solucionar os problemas da previdência dos servidores do Estado, e isso não se concretizou.

Para o representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindifisco) no Ceará, Helder Costa da Rocha, a reforma atinge os mais vulneráveis. Segundo ele, a Previdência Social está inserida no ambiente da Seguridade Social, "que é superavitário". Ele também criticou o que chamou de "reduzir o papel do Estado à questão financeira". Para ele, a Previdência também tem caráter socioeconômico.

JM/AP

<https://www.al.ce.gov.br/index.php/ultimas-noticias/item/63112-12-04-2017-im01>

#### **ENCAMINHAMENTOS:**

- 1- Que a Previdência tenha maior cuidado no que se relacionar às crianças especiais;
- 2- Solicitar ao SUPSEC que o relatório anual seja mais fácil de compreender e mais legível para leigos;
- 3- Realizar auditoria da Dívida Pública;
- 4- Criar o Conselho de Representantes no SUPSEC;
- 5- Mobilizar a população;
- 6- Realiza a Reforma Tributária;
- 7- Mobilizar a população contra a Reforma da Previdência;
- 8- Notificar os representantes da bancada federal pela CSSS e entidades presentes, com o manifesto "Você não será reeleito se sacrificar o amparo social".